COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.491, DE 1998

Dispõe sobre o armazenamento de botijões de gás liqüefeito de petróleo - glp e dá outras providências.

Autor: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

Relator: Deputado RENATO VIANNA

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ, sobre o armazenamento de botijões de gás liqüefeito de petróleo - glp e dá outras providências, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 2.375, de 2000.

A matéria foi, por decisão da presidência da Casa, com base no art. 52, § 6º, distribuída para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que deve dar parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, como dispõe o Regimento Interno, art. 139, II, "c".

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em relação aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, estão obedecidos, no projeto original, os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (art. 22, IV, C.F.) às

atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, C.F.) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, C.F.). Entretanto, há uma inconstitucionalidade escapa aos pontos já referidos: é a disposição do art. 18, assinalando ao Poder Executivo prazo para praticar ato de sua exclusiva competência. Tal inconstitucionalidade é marcada não só por esta Comissão (Súmula de Jurisprudência nº 1) como também pelo Supremo Tribunal Federal (ADIn nº 5466-4/RS). Faz-se, portanto, necessária emenda para retirar aquele artigo do Projeto.

Quanto à juridicidade, o inciso I do art. 16 do projeto estipula multa de 15 FMP, unidade fiscal do Município de Santo André, São Paulo. Claro está que não poderá a lei federal utilizar-se de tal medida, posto que é validada apenas por norma de outra entidade federada. Para corrigir tal impropriedade, apresentamos uma emenda

Já quanto à técnica legislativa, está o projeto a infringir o disposto na Lei Complementar 95/98, que trata da elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. O art. 19 do Projeto em comento dispõe:

“Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”

Ora, a Lei Complementar acima referida, em seu art. 9º, especifica:

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Portanto, faz-se necessária a alteração desse artigo a fim de adequar o Projeto àquela Lei Complementar.

Diante do exposto votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Nº 4.491, de 1998, desde que com as emendas em anexo, bem como do apensado.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado RENATO VIANNA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.491, DE 1998

Dispõe sobre o armazenamento de botijões de gás liquefeito de petróleo - glp e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art.18 do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado RENATO VIANNA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.491, DE 1998

Dispõe sobre o armazenamento de botijões de gás liqüefeito de petróleo - glp e dá outras providências.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao artigo 19 do projeto a seguinte redação:

“Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado RENATO VIANNA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.491, DE 1998

Dispõe sobre o armazenamento de botijões de gás liqüefeito de petróleo - glp e dá outras providências.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao inciso I do artigo 16 do projeto a seguinte redação:

“Art. 16

I - multa de _____”

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado RENATO VIANNA
Relator